

# Mato Grosso do Sul na Formação do Estado Nacional Brasileiro

Prof. Dr. Paulo M. Esselin\*

## I. A BACIA DO RIO DA PRATA E A OCUPAÇÃO DE ASUNCIÓN

A Bacia do Rio da Prata é formada pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Seu valor estratégico advém da sua hidrografia composta pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, que nos seus cursos são alimentados por uma grande rede de afluentes. O seu potencial para a navegação- e, portanto, sua importância estratégica desde o início da colonização-, despertou os interesses das duas potências ibéricas, considerando-se que o Rio da Prata era um grande corredor para a circulação de homens e mercadorias em direção ao Oceano Atlântico.

O Rio Paraguai, de não menor importância para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nasce na Chapada dos Parecis, em Mato Grosso, e percorre 2621 km navegáveis até desembocar no Rio Paraná. No seu trajeto, passa por territórios de quatro países: Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Cortando o território sul mato-grossense a oeste, tem como principais afluentes o Aquidauana, o Miranda e o Taquari, que serviram igualmente de vias para as penetrações dos espanhóis e portugueses.

Ao leste de Mato Grosso do Sul, o Rio Paraná, formado pelos rios Paranaíba e Grande, é navegável em todo o seu percurso de 420 km em território brasileiro, cerca de 120 km em território sul mato-grossense. Ao sul, demarca a fronteira do Brasil com a Argentina e com o Paraguai. Seus principais afluentes são os rios Tietê, Paranapanema, Iguaçu e Paraguai. Através do Tietê e do Paraná, os primeiros

---

\* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professor Associado II da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

colonizadores portugueses vindos de São Paulo chegaram ao Pantanal sul-mato-grossense em busca do braço nativo e do ouro de Cuiabá. Mato Grosso do Sul é a parte do território banhada pelos rios Paraguai e Paraná. Foi por essas duas vias navegáveis que, muito cedo, no século XVI, espanhóis e portugueses adentraram e descortinaram essa região em busca de nativos americanos para o trabalho servil.

Essa rede fluvial é parte de ambientes naturais completamente distintos como o Pantanal sul-mato-grossense, o Pantanal mato-grossense, os cerrados, os cerradões, o planalto e as planícies do sul do país. Ela foi, até o início do século XX, a principal porta de entrada para países como Bolívia e o Paraguai e os atuais estados de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso.

Desde o início do processo de descobrimento e colonização da América, a Bacia do Rio da Prata mereceu a atenção das coroas ibéricas, como anteriormente assinalado. No raiar do século XVI, o principal navegador espanhol, Juan Diaz de Solís, explorou o sul do Oceano Atlântico. Da lembrança de sua passagem resultou o nome que então recebeu o grande rio: Rio de *Solís* (Gadelha, 1998).

O resultado das informações colhidas por Solís e pelos demais navegadores espanhóis que singraram as águas desse rio redundou na perspectiva da obtenção de metais e essa possibilidade de riquezas foi responsável pela mudança do nome do Rio de Solís para Rio da Prata (Gadelha, 1998). A informação também objetivou a esperança de encontrar, através de seus afluentes, uma nova rota marítima para as Índias, o que animava a corte espanhola.

Os relatos colhidos junto aos naturais pelos navegantes davam conta de uma serra e de um rei, cujo reino de Paytiti seria o centro produtor da prata. Logo, os espanhóis passaram a sonhar com [...] «el Imperio del Rey Blanco que se ocultaba al final de aquellas selvas, en lo más profundo del continente inexplorado.» (GANDIA, 1933: 120).

É hoje fato assente que os aborígenes do vale platino e da Costa da Prata, «como Eugênio de Castro chamou a porção de litoral, que se estendia desde o Rio de Janeiro ao estuário platino, possuíam notícias mais ou menos exatas sobre o império inca (o Rei Branco) e sua localização a oeste» (Cortesão, 1958: 21).

No ano de 1536, uma armada de 14 embarcações e 72 cavalos saiu da Espanha com cerca de 2.650 homens, incluindo representantes da mais alta nobreza espanhola, alimentados com as possibilidades de encontrar riquezas. Sob o comando do nobre Don Pedro de Mendonza, era, até então, a maior e a mais importante expedição enviada às Índias. Logo que chegaram, ergueram à margem direita do Rio da Prata, em meio a alguns grupos nativos nômades, um pequeno povoado, que recebeu o nome de Buenos Aires.

A expedição de Pedro de Mendoza trazia a responsabilidade de lançar as bases da ocupação e colonização espanhola, de encontrar a Serra da Prata e de controlar a navegação da foz do Rio da Prata, impedindo que os portugueses chegassem por aquela via aos centros produtores de metais.

Em pouco tempo, os espanhóis perderam grande parte de seus soldados, sendo derrotados pelos inúmeros grupos nativos nômades que habitavam a região e que resistiram bravamente à ocupação européia. Sem condições de se manterem à margem meridional do Rio da Prata e, temendo o aniquilamento de todos os seus soldados, os espanhóis abandonaram a região buscando abrigo na recém fundada Asunción, na margem esquerda do Rio Paraguai, onde os nativos locais cários haviam sido submetidos, após três dias de combate (Garay, 1929).

A partir de então Asunción tornou-se o centro irradiador de toda a conquista espanhola na Bacia Platina. Quanto a Buenos Aires, só voltaria a ser ocupada a partir de 1580. A princípio, estiveram os espanhóis preocupados em encontrar a Serra da Prata. À medida que os sonhos iam se desfazendo, uma vez que o reino procurado foi encontrado por outros conquistadores, em 1545, os espanhóis de Asunción passaram a se dedicar à agricultura, favorecidos pelas terras férteis e por abundante mão de obra indígena.

Aqui, como noutras partes, em maior ou menor grau, os ádvenas adaptaram-se a uma cultura e a uma ética nova que os seus acusadores condenavam e condenam, em nome de uma visão da realidade muito diversa no espaço e no tempo cultural. No caso do Paraguai, essa adaptação tornou-se condição *sine qua non* de sobrevivência do adventício. Os espanhóis subsistiram apenas à custa da exploração da organização social, da economia e da cultura dos nativos guaranis, que tiveram igualmente por guias e auxiliares na expansão geográfica (Cortésão, 1958).

Os primitivos habitantes da região nas proximidades onde foi fundada a cidade de Nuestra Señora de Asunción e a oeste do Rio Paraná eram guaranis, conhecidos como carijós no Brasil e cários no Paraguai colonial. Mais a oeste, no Chaco paraguaio, viviam povos caçadores, coletores nômades, etnias guerreiras, como os guaycurus, inimigos tradicionais dos guaranis.

A historiografia tradicional propõe que os espanhóis optaram por instalar-se junto à população indígena sedentária agricultora, estabelecendo uma aliança com os guaranis cários a ambos, na medida em que os espanhóis tinham por objetivo a penetração e a permanência nesse território e os cários desejavam conseguir apoio e proteção contra as repentinas investidas dos guaycurus (Silva Novais, 2004).

Como assinalado, os espanhóis instalaram-se na região de Asunción e nela mantiveram-se devido à força das armas, obrigados a submeter incessantes conspirações e revoltas.

A exploração inicial da mão de obra nativa através do *cuñadazgo*, instituição guarani com objetivo de sustentar a agricultura local, levou os colonos espanhóis a praticarem todos os abusos contra os nativos que habitavam as cercanias de Asunción. Sob a pressão do trabalho compulsório e do pagamento de tributos, e incapazes pela sua fragilidade biológica diante das doenças trazidas pelos europeus, logo muitos dos nativos pereceram.

Com a falta de braços para suas lavouras, os espanhóis sediados em Asunción iniciaram o processo de expansão em busca do elemento nativo. Utilizando-se compulsoriamente da mão de obra guarani, através das *encomiendas*, chegaram à região que hoje corresponde ao território de Mato Grosso do Sul, onde fundaram a cidade de Santiago de Xerez<sup>1</sup>, local conhecido como Itatim<sup>2</sup>.

À serviço da coroa espanhola, também os jesuítas organizaram, nas terras do atual Mato Grosso do Sul, reduções indígenas que visavam à catequização do nativo, para assim conquistarem sua alma, fazendo dele um cristão submetido ao poder temporal do soberano. Assim, colonos e jesuítas, todos a serviço a serviço da coroa espanhola, se juntaram nesse território para disputar os seus nativos.

## II. A BACIA DO RIO DA PRATA: A FUNDAÇÃO DO MATO GROSSO

Quanto aos portugueses, em inícios dos anos 1530, pressionados pelas constantes ameaças de outras monarquias européias para disputarem as terras recém-descobertas, resolveram pela divisão do litoral brasílico. Inicialmente, 15 capitânicas hereditárias foram doadas à pequena nobreza metropolitana para que desse início ao povoamento e ao desenvolvimento de atividades econômicas que pudessem atrair novos colonos, permitindo assim a busca e descoberta das almeçadas minas de minerais preciosos (Maestri, 1994).

---

<sup>1</sup> Primeira cidade espanhola fundada em território do atual Mato Grosso de Sul em 1600, as margens do rio Aquidauana, com contingentes oriundos de Ciudad Real e Vila Rica, a cidade foi assentada as margens do rio Aquidauana, cerca de 30 léguas acima com confluência desse último com o Miranda.

<sup>2</sup> O Itatim estava situado na altura dos paralelos 19,5 e 22°, tendo como limites, ao norte, o rio Mbotetey, ao sul o rio Apa, a leste a Serra de Maracaju; e, a oeste o rio Paraguai.

Das capitanias criadas, apenas três se sobressaíram: Bahia, São Vicente e Pernambuco. Mesmo assim, a de São Vicente, sem muito brilho, pois não tinha um produto que despertasse interesse à metrópole e ao próprio mercado naquele início da colonização. A cana de açúcar, que tão bem se desenvolveu no atual nordeste brasileiro, não conseguiu atrair capitais que pudessem alavancar o seu desenvolvimento em São Vicente. A plantação açucareira na baixada paulista era economicamente inviável, devido à longa distância entre o sul da colônia e a metrópole, além da distância das melhores regiões que se adaptaram a produção da cana de açúcar, provocando a marginalização do núcleo luso-paulista (Esselin, 2012).

No entanto, a fundação de São Vicente tinha um objetivo estratégico: situada no planalto e próximo do Tiete, a povoação poderia e deveria tornar-se a primeira base da expansão portuguesa na direção das supostas ou reais regiões auríferas banhadas pelo Paraguai. Seria igualmente um trampolim para as minas hispânicas nos Andes (Cortês, 1958).

Como os assuncenhos, os paulistas dependiam da exploração da mão de obra indígena, única riqueza que podia o colono conquistador possuir no contexto de uma exploração latifundiária da terra (Maestri, 2013).

Os territórios da capitania de São Paulo eram pobres em minérios. Devido à abundância das terras, elas não eram compradas nem adquiridas e, sim, obtidas por ordem real. Todo o sistema de produção era baseado na servidão indígena, que se apresentava comumente como literal sujeição escravista (Gorender, 1978).

Para as metrópoles, aquelas eram áreas marginais, onde não haviam sido encontrados metais e nem mesmo a possibilidade de gerar um produto que despertasse o interesse metropolitano. Portanto, o capital comercial centrou seus investimentos nas áreas metalíferas e de cultivo do açúcar.

Na procura por *índios de trabalho*, os colonos portugueses logo estenderam o seu raio de ação da baixada santista para o planalto paulista. Entendiam muito claramente que o êxito da sua manutenção nesse ponto da colônia dependia, em última instância, da subordinação e da exploração da população indígena. (Monteiro, 2005).

Se algumas parcialidades nativas do litoral paulista perceberam as vantagens imediatas na formação de alianças com os portugueses, particularmente nas disputas contra aldeias rivais, muito logo descobriram claramente os efeitos nocivos de semelhantes alianças. Após cederem parte dos *índios de corda* e de participarem de expedições para capturar cativos para os lusitanos, as comunidades nativas aliadas foram igualmente objeto de submissão e escravização.

Os constantes surtos de doenças contagiosas traziam igualmente sérias rupturas na organização interna das sociedades indígenas, além de promoverem uma alta mortalidade dos naturais. As doenças logo se transformavam em epidemias e faziam vítimas em massa, o que reduziu a oferta de *índios de trabalho* para as lavouras de trigo organizadas pelos portugueses no planalto paulista (Monteiro, 2005).

Com a redução de *índios de trabalho* os portugueses, como também já faziam os espanhóis, passaram a buscá-los cada vez mais no interior, através dos descimentos e bandeiras (Maestri, 2013). Nessa busca, chegaram ao que é hoje o Estado de Mato Grosso do Sul.

As primeiras incursões dos conquistadores espanhóis e portugueses datam de meados do século XVI. Elas transformaram o território do atual Mato Grosso do Sul em verdadeiro campo de caça aos nativos. As expedições de cunho escravocrata vasculharam toda a região com o objetivo de aprisioná-los e utilizá-los em suas lavouras de trigo no planalto paulista ou de mandioca em Asunción, ou comercializá-los em outros pontos das colônias ibéricas.

Com o contínuo ataque e transferência de nativos para Asunción e São Paulo, por portugueses de São Paulo e espanhóis de Asunción, a região foi despovoada.

À medida que os *índios de trabalho* foram se tornando escassos, os portugueses passaram a incursionar em novos territórios, chegando ao extremo oeste da futura capitania de Mato Grosso, de onde passaram atacar os nativos coxipones, com o mesmo propósito (Neves, 1988).

Em suas incursões em busca de braços para as lavouras, os portugueses acabaram encontrando metal precioso nas margens do Rio Coxipo Mirim e no córrego da Prainha. A descoberta dos veios auríferos acelerou o processo de ocupação da região. Quando a boa nova se espalhou, vieram colonos, sobretudo de São Vicente, para se estabelecerem no local em busca das riquezas sonhadas.

Antônio Pires de Campos singrou o Rio Cuiabá, «não em busca de ouro, mas do gentio Coxiponé, que vivia nas suas beiradas. Foi o primeiro descendente de europeus a atingir essas remotas paragens, [...] o segundo foi Pascoal Moreira Cabral que junto à barra do Coxipó Mirim, encontrou, em 1718, granitos de ouro cravados pelos barrancos. Daqui subiu o rio até ao lugar depois chamado Forquilha, onde teria aprisionado índios, com mostras de ouro nos botoques e em outros enfeites» (Hollanda, 1990: 44).

Embora o território fosse percorrido desde o século XVI pelos portugueses de São Paulo, em atividades de apresamento, foi somente em meados do século

XVIII que a região passou a merecer a atenção da coroa portuguesa, sobretudo a partir das descobertas do ouro e do diamante.

Com as novas descobertas, a coroa portuguesa tratou de assegurar a conquista do vasto território que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia indiscutivelmente à Espanha. As monções,\* que antes se ocupavam da preá indígena, passaram a se dedicar às atividades mercantis, altamente lucrativas. Elas asseguravam a comunicação entre São Paulo e Mato Grosso e introduziram o novo território nas trocas mercantis portuguesas.

Durante largo período, o comércio em Mato Grosso ficou atrelado às determinações das companhias privilegiadas metropolitanas, encarregadas de abastecer o comércio local de trabalhadores escravizados, instrumentos de trabalho, produtos comestíveis e manufaturas em geral (Melgaço, 1949).

Após a descoberta de metais em Cuiabá em 1718, a coroa lusitana decidiu nomear portugueses de origem para cargos mais importantes da administração da vila de Cuiabá. À medida que o domínio de fato sobre a região foi sendo conquistado, Lisboa passou a negociar um novo tratado com a Espanha que consolidasse as conquistas obtidas pelos bandeirantes e garimpeiros. Empenharam-se em consolidar a presença no extremo oeste da colônia e fortalecer áreas vulneráveis e sujeitas a invasões.

A ameaça de avanço castelhano, principalmente pela região das Minas Gerais em direção do Rio de Janeiro, recente capital da colônia americana, levou o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Mello, futuro Marquês de Pombal, a promover a demarcação e a ocupação das fronteiras de forma tal que pudessem garantir a permanência portuguesa no território das novas descobertas auríferas (Kok, 1993).

Em 1748, o Conselho Ultramarino Português criou a capitania de Mato Grosso e Cuiabá; «[...] pormeyo do estabelecimento do governo, como parte dos outros q'ocorre se procure fazer a colônia de Mato Grosso tão poderosa, que contenha os vizinhos em respeito e sirva de antemural a todo interior do Brasil [...]» (Souza Loureiro, 1965: 100).

### III. A BACIA DO RIO DA PRATA E O TRATADO DE MADRID

Entrementes, representantes das coroas portuguesa e espanhola negociavam um novo tratado que melhor definisse os limites dos dois impérios. Em 13 de Janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri que aboliu a demarcação da

linha mediana, ajustada no Tratado de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494, e determinou a raia dos domínios das coroas na América Meridional.

A Espanha renunciou a todos os direitos que pelo Tratado de Tordesilhas alegava ter sobre as terras possuídas pelos portugueses na América Meridional, ao ocidente da linha meridiana. Cedia a Portugal todas as terras e povoações da margem oriental do Rio Uruguai, desde o Rio Ibicuí para o norte e a Aldeia de Santa Rosa, e outras quaisquer estabelecidas pelos espanhóis na margem oriental do Rio Guaporé (Cortesão, 2001). Com a assinatura do Tratado de Madri, o Brasil ganhou praticamente os seus contornos definitivos. Já aos espanhóis na América do Sul, para ficarem com a navegação exclusiva do Prata, trocaram a Colônia de Sacramento pelas missões do Uruguai. Recebeu a zona entre a foz do Javari e a do Japurá, na margem esquerda do Solimões, inclusive a Aldeia de São Cristovão (Vianna, 1967).

No começo de Janeiro de 1751, quase um ano após a assinatura do Tratado de Madrid, chegou a Cuiabá Dom Antonio Rolim de Moura, primeiro Governador da Capitania de Mato Grosso, acompanhado de um regimento de infantaria e oficiais de guerra, trazendo várias peças de artilharia e munição. Portava igualmente na bagagem instruções da corte para que a presença portuguesa fosse consolidada no oeste.

«[...] deveis não só defender as terras que os meus vassallos tiverem descoberto e ocupado e impedir que os espanhóis se não adiantem para a nossa parte [...]. Por se ter sido entendido que Mato Grosso é chave e o propugnáculo do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa [...]» (Corrêa Filho, 1969: 319).

Os esforços do governador da Capitania de Mato Grosso deveriam ser concentrados na fronteira onde a população de origem espanhola era mais numerosa, onde estavam localizadas as reduções de mochos e chiquitos que, na visão dos militares portugueses, eram uma constante ameaça à permanência e expansão lusitânica naquela região.

No período em que esteve à frente da capitania, Rolim de Moura fundou a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), às margens do Rio Guaporé. Tratava-se de local estratégico, pois a vila permitia o controle das minas de ouro e ficava junto à fronteira espanhola. Portanto, obstaculizava o movimento castelhano e impulsionava o povoamento. Em 1759, mandou construir um forte às margens do Guaporé, Nossa Senhora da Conceição, mais tarde presidio Bragança, para garantir a navegação no rio e se precaver de um possível ataque espanhol (Esselin, 2000).

Rolim de Moura ficou à frente da Capitania de Mato Grosso por quatorze anos, tendo concentrado sua ação na demarcação do território de acordo com as disposições do Tratado de Madrid, principalmente quanto à fronteira do Rio Guaporé, no atual território de Mato Grosso e Rondônia. Era por esse rio que a capitania se comunicava com mais segurança e brevidade com a Corte. Priorizou o fortalecimento das defesas ao longo do Guaporé, fazendo retroceder os jesuítas espanhóis que apoiavam a invasão de capitania (Esselin, 2000).

A fronteira sul do velho Mato Grosso não mereceu atenção das autoridades portuguesas, passando também despercebida a Rolim de Moura e a seus sucessores, João Pedro Câmara e Luís Pinto de Souza Coutinho. Foi somente no governo do quarto

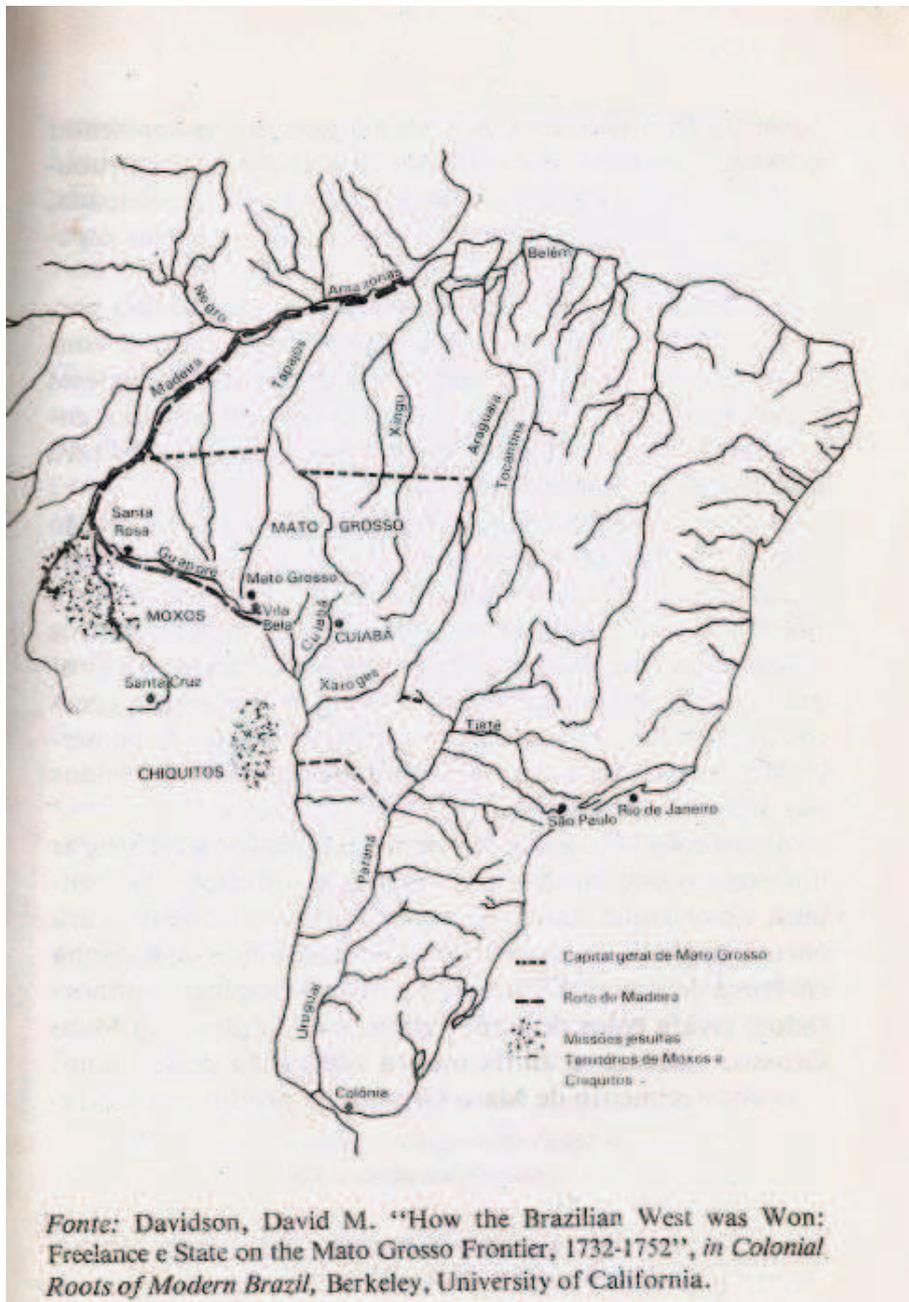
capitão general, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que as atenções oficiais se voltaram ao sul da capitania.

No começo do ano de 1770, notícias davam conta de que os espanhóis haviam fundado o forte de Vila Real da Conceição, acima da boca do Rio Ipané, à margem esquerda do Rio Paraguai. Na ótica portuguesa, objetivavam manter comunicação entre Asunción e as aldeias de Mochos e Chiquitos o que representaria perigo de expansão castelhana em direção ao norte, ou seja, às minas de ouro de Mato Grosso. (Mello, 1959: 47-48).

As autoridades portuguesas perceberam que a manutenção da integridade territorial do Reino de Portugal identificava-se com a manutenção de seus territórios ultramarinos, principalmente o Brasil, cujo território era muito pouco conhecido. A política iniciada pelo Marquês de Pombal não perdeu continuidade com seus sucessores (Sávio, 2009: 39).

Muito logo, projetaram conquistar a exclusividade da navegação do médio Paraguai, e, para tal, fundaram um presídio no Fecho dos Morros, à margem direita daquele rio, área que, pelo Tratado de Madrid, pertencia indiscutivelmente à Coroa espanhola.

A posse de ambas as margens do Paraguai dava aos portugueses o controle da parte superior da bacia daquele rio, impedindo o avanço espanhol. O forte localizava-se em estratégico estreito, facilmente fortificável, que permitia, sem maiores custos, manter o controle da navegação, já que as embarcações inimigas tornavam-se alvo fácil dos canhões. O forte ficava no caminho que ligava Asunción a Chiquitos e Moxos, estrangulando as comunicação entre aquela vila e as reduções.



Em 1775, por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, capitão general da Capitania de Mato Grosso, erguia-se o Forte de Coimbra. Tratava-se de local estratégico: um estreito que permitiria, sem custo, manter o controle da navegação; sítio facilmente fortificável, tornando as embarcações inimigas alvo fácil dos canhões. Além disso, ficava no caminho que ligava Asunción às reduções dos chiquitos, o que inviabilizaria o projeto de comunicação entre eles.

Após a fundação do Forte, o capitão general manifestou o desejo de encontrar um «lugar aprazível» onde pudesse erguer um novo povoado. Com essa incumbência, enviou, em 1776, o sertanista João Leme do Prado, que identificou uma área próxima à foz do Rio Mbotetê. É possível que, para ser agradável ao capitão general, Leme do Prado tenha batizado a região de Albuquerque (Corrêa, 1999).

Leme do Prado fundou mais dois povoados, a atual cidade de Corumbá e, em setembro de 1768, Ladário, no atual Mato Grosso do Sul. Outra importante fundação foi a de Vila Maria, em Outubro de 1778, atual Cáceres, em Mato Grosso, à margem esquerda do Rio Paraguai. O novo povoado abrigou uma guarnição militar. Luís de Albuquerque mandou construir igualmente o imponente Forte Príncipe da Beira, às margens dos rios Barbados e Guaporé; o Forte Coimbra, na entrada sul da capitania, na região mais próxima de Asunción; o Forte Príncipe da Beira, na entrada norte, mais próximo das províncias espanholas de Moxos e Chiquitos. A estratégia geopolítica é evidente: os dois fortes protegem as entradas sul e norte da região. «A ação portuguesa estabeleceu o domínio total sobre essa região, seja pela ocupação militar direta, com os fortes, seja pelo povoamento, procurando fechá-la aos espanhóis.» (Sávio, 2009: 40-41).

Os portugueses foram criando uma rede de fortes e de pequenos povoados, consolidando a ocupação da margem direita do Rio Paraguai. Incentivados pelas autoridades coloniais, partir de 1778, os primeiros colonizadores da região vieram para Corumbá e Albuquerque, na perspectiva de encontrar metais, já que foram persuadidos da existência de grandes riquezas minerais também naquelas regiões meridionais.

Paradoxalmente, o período de construções de fortes e de criação de novos povoados coincidiu com a decadência da produção aurífera em Cuiabá e adjacências. Passando por grave crise econômica, a Capitania de Mato Grosso não podia arcar com os custos daquele processo de ocupação. Como o único artigo que exportava era o ouro que se esgotava, mal tinha recursos para suas despesas de custeio. Para garantir as obras de construção da defesa da fronteira, recebeu ajuda financeira de Goiás. (Mello, 1966).

Mesmo recebendo recursos extras, a capitania não conseguiu minorar as dificuldades dos colonos e militares que se estabeleceram em Corumbá e Albuquerque. A adaptação não se fazia sem forte resistência. Os projetos de rápido enriquecimento foram substituídos pela necessidade de se obter alimentos. A fome e a miséria invadiram os acampamentos daqueles que já enfrentavam problemas com altas temperaturas, com nuvens de mosquitos, com doenças diversas, com ataques de nativos e o temor de uma invasão espanhola.

Muito logo, os colonos, sobretudo mestiços, tentaram abandonar os fortes e os povoados. Para evitar as deserções, o primeiro comandante do povoado de Corumbá agiu com violência, punindo os fugitivos até com castigos corporais, o que conteve a onda de fuga, garantindo o trabalho regular nas diversas frentes de trabalho (Mello, 1956: 73).

Em 1786, ao passar pelo povoado de Corumbá, Almeida Lacerda registrou sobre os moradores: «[...] miseráveis, que passam a vida cheios de fome e nudez; comandante dela só cuida em utilizar-se do suor deles. Só estão fartos das palmatórias, correntes e rodas de pau».

Enviados para os povoados nascentes, essa população de colonos mestiços não tinham e não podia ter sentimento de pertencimento e amor à terra o que fica manifesto no fato de que ali só permaneceram porque foram obrigada pelas autoridades. «A ausência de metais preciosos, as dificuldades matérias e as violências sofridas repercutiram em Cuiabá, impedindo que novas levas de colonos viessem a se estabelecer nos nascentes povoados» (Esselin, 2000: 144).

Em 1791, após quinze anos de fundação, a população de Corumbá era de 141 pessoas, das quais treze eram trabalhadores escravizados. Possuía igualmente uma guarnição com um comandante e 82 homens. Portanto, a maioria das famílias era de militares. (Esselin, 2000: 147). Um viajante propôs Corumbá como local de um «desgraçado degredo de gente infeliz, entregues à mais perfeita vadiação, vivendo em miséria.» (Mello, 1966: 122).

#### IV. A INDENDÊNCIA NO PRATA: OS CONFLITOS PARAGUAI-BRASIL.

No fim do século XVIII e começo do século XIX, a situação na Europa era tensa em consequência dos conflitos políticos e militares que envolviam as duas principais potências mundiais, França e Inglaterra, colocando a Espanha e Portugal em campos opostos. A dependência secular de Portugal em relação à Inglaterra obrigou Dom João de Bragança a optar entre a tutela britânica e a adesão ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão em 1806.

Os fatos que ocorriam na Europa rapidamente repercutiram nas colônias ibéricas, fazendo com que a insegurança se tornasse mais evidente, com o receio de uma invasão de parte a parte. Já em fins do século XVIII, o tenente-coronel lusitano Ricardo Franco de Almeida Serra foi designado para o comando geral da fronteira sul, mantendo cumulativamente o posto de comandante do Forte Coimbra.

Ricardo Franco tomou medidas importantes para consolidar a presença portuguesa na margem direita do Rio Paraguai. Em 1797, mandou construir o presídio de Miranda, para servir, na frente sul, de antemural à progressão dos castelhanos aquém do Rio Apa. Atento à situação, em informe aos seus superiores, chamou a atenção para a necessidade imperiosa de impedir que, de Asunción se estabelecessem relações com as reduções de Mochos e Chiquitos, via Rio Paraguai, procedendo-se ao fortalecimento militar de Coimbra. Com isso, se impediria que o sul do antigo Mato Grosso fosse incorporado ao território espanhol.

As fazendas que o comércio espanhol transportavam da Europa para o Peru, através do Golfo do México ou através de Buenos Aires, inicialmente como contrabando, chegavam àquela riquíssima e vasta província com grande despesa e igual trabalho. De Buenos Aires, as mercadorias eram conduzidas em carretas para as cidades de Córdoba e de Mendoza, de onde cargueiros animais as conduziam até Potosí e outras ricas e populosas terras do centro do Peru.

Eram seiscentas léguas por terra. O caminho atravessava as nevadas serras dos Andes, continuavam pelo cume da cordilheira, com risco e trabalho, perdendo-se fazendas e bestas. O transporte podia ser feito por terra, em menor tempo, sem perigo e com menor fadiga, caso se abrisse uma comunicação do Rio Paraguai com a província de Chiquitos, comunicação esta em que os espanhóis se ocuparam, fundando, nas margens desse rio navegável, novos estabelecimentos (Almeida Serra, 2002).

O início das hostilidades entre França e Inglaterra motivou portugueses e espanhóis a combaterem na América Meridional. Em 1801, o governador do Paraguai, *don* Lázaro de Ribeiro, preparou expedição de cinco goletas e vinte canoas de guerra, com um total de seiscentos combatentes, que fundeou diante do Forte Coimbra, ainda não concluído, exigindo a rendição e alertando que seriam mortos os que resistissem e o presídio seria destruído pelas suas forças superiores. Durante nove dias, o Forte permaneceu sitiado. Porém, o governador paraguaio teve frustradas as suas ambições, recolhendo-se em Asunción (Bastos, 1972).

Para os habitantes da fronteira sul, a conclusão da guerra na Europa, a derrota de Napoleão e o estabelecimento da paz entre os beligerantes não

significaram o fim das hostilidades ou do abandono a que estava relegado aquele território, situação que perdurou até a metade do século XIX, quando exacerbaram as disputas entre a República do Paraguai e o Império do Brasil, ambos já independentes.

Após a independência do Paraguai, em 1811, José Gaspar Rodríguez de Francia, eleito primeiramente como cônsul e posteriormente como ditador temporário e perpétuo, adotou, desde 1813, distanciamento dos hostis vizinhos do Prata, com destaque para os governos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro. Segundo Trías, tal atitude do doutor Francia tinha o objetivo de preservar o «*Paraguay del vendaval caótico, sangrante, que suponían las querellas intestinas que desgarran a las otras repúblicas sudamericanas. En el léxico francista: inmunizar al Paraguay contra el mal de la 'anarquía'.*» (Trías, 1975: 18).

Por anarquia entendia o então Presidente o choque de interesses, necessidades e de concepções opostos. Era a luta entre o destino semicolonial e a possibilidade de construir uma nação soberana. Luta que expressava o enfrentamento de discórdia irreconciliável entre as oligarquias mercantis, espanholistas e pró-portenhas, os grandes proprietários *criollos* de terras e a população de *chacareros* e dos pueblos de *índios* (Trías, 1975; White, 1984).

Ao adotar o isolamento do Paraguai, em verdade imposto pelo bloqueio comercial determinado pelo expansionismo portenho, Francia monopolizou a navegação dos rios interiores, o que lhe permitiu controlar o comércio de importação e de exportação do paraguaia, em proveito das rendas do país. Removeu os espanhóis dos cargos públicos; nomeou paraguaios comprometidos com a independência; estatizou as terras dos conspiradores, etc. Essas medidas impulsionaram agricultura, o artesanato e a pecuária.

Durante a longa era francista [1813-1840], o Paraguai constituiu-se como república de profundas raízes camponesas (*chacareros*), gozando de paz e tranquilidade invejadas pelos vizinhos. Nascido da retaliação portenha à independência da província, o isolamento do Paraguai terminou fortalecendo aquela sociedade de pequenos produtores, pouco voltada ao comércio externa e refratária às disputas pela hegemonia no Plata (Maestri, 2013).

Inicialmente, o Império do Brasil apoiou a independência paraguaia, já que contribuía para a não reunificação do vice-reinado do Prata em torno de Buenos Aires. Mais tarde, após a derrota de Juan Manuel de Rosas, em Caseros, em 1852, manifestou profundo descontentamento com a política de Carlos Antonio López de manter o controle sobre a navegação dos navios imperiais no curso paraguaio do grande rio; essa navegação era fundamental para incorporar a economia do sul da Província de Mato Grosso ao ecúmeno imperial.

Mato Grosso, cujo território em grande parte o Paraguai, com justos motivos, considerava como seu, era uma das províncias mais débeis do Império. Em virtude da crise da mineração, em fins do século XVIII, e das dificuldades de acesso agravadas pelo fechamento do Rio da Prata por Rosas, impedindo, assim, a estruturação de eventual produção mercantil de exportação, necessariamente exportada através dos rios Paraguai, Paraná e do Prata, sua população diminuíra sensivelmente, passando de 29.801, em 1817, para 26.659, em 1858. Nessa época, a população de Paraguai era de cento e cinquenta mil habitantes, ou seja, quase seis vezes a do Mato Grosso uno.

A partir de 1850, foi declinando a pecuária, principal produção mato-grossense, sobretudo pela falta de cavalos, o que, provavelmente, induziu os estancieiros regionais a utilizarem os guaicurus e os m'bayas para roubá-los no Paraguai. Antonio Carlos Lopez conhecia perfeitamente a situação de Mato Grosso. Já em 1849, avaliara com clareza a importância da navegação através do Paraguai para o aproveitamento comercial de suas riquezas, em parte superestimadas – ouro, diamantes, baunilha, borracha e cacau.

Após a queda de Rosas e a abertura da navegação do Prata ao Paraguai, e se o governo de Asunción permitisse o livre trânsito dos navios até o forte de Coimbra e a vila de Corumbá, a região revitalizar-se-ia economicamente e o governo do Rio de Janeiro poderia robustecer ainda mais seu poderio bélico. E tudo isso sem que as fronteiras entre os dois países estivessem demarcadas (Bandeira, 1998: 84).

O eventual fechamento total do Rio Paraguai – *que jamais ocorreu* – afetaria os interesses do Império do Brasil e ameaçaria a integridade e a expansão do seu território na fronteira oeste, uma vez que o rio era a via de comunicação mercantil com o mercado mundial; assim, a única possibilidade de transporte de mercadorias pesadas e volumosas era a possibilidade de estimular, ainda que parcialmente, a economia local, completamente estagnada.

Caso fosse fechada a navegação do Rio Paraguai, a vinculação com as demais províncias do Império só seria possível através do comércio de caravanas animais, de caríssimo custo. Além disso, o Império corria o risco de ver a província de Mato Grosso gravitar economicamente em torno dos círculos comerciais paraguaios, com tendências a se desligar da precária unidade monárquica e se juntar à República paraguaia (Esselin, 2011: 209).

A partir de Caseros, o Império do Brasil passou a exigir a livre e plena navegação do grande rio, no curso interno ao Paraguai. Por seu lado, a República reivindicava para aquela concessão a definição das fronteiras entre os dois países. Fortalecido como a primeira potência americana no Prata, após a vitória sobre Rosas, o Império do Brasil resolveu impor ao Paraguai suas posições pela força.

Em 1854-5, o Império do Brasil organizou expedição naval armada comandada por um experiente marinheiro e político imperial, Pedro Ferreira de Oliveira, «composta por trinta navios de guerra, armados com cerca de cento e cinquenta canhões e, aproximadamente, três mil soldados. Ela tinha como principal objetivo obter a livre navegação do Rio Paraguai e determinar as fronteiras com o Paraguai.» (Teixeira, 2012: 71-72).

Este cenário de grave crise na região platina levou o governo do Paraguai a assinar acordo de comércio com o Império do Brasil, que ampliou a liberação da navegação do Rio Paraguai até o porto de Corumbá, ligando então Mato Grosso ao Rio de Janeiro e a todas as demais províncias do Império.

Após a assinatura do acordo, foi criada a Companhia Nacional de Navegação a Vapor, subsidiada pelo Império, que mantinha uma viagem mensal entre Corumbá e Montevideú. A abertura da navegação pelos rios Paraguai e Paraná deu a Corumbá a condição de principal entreposto comercial da Província e porta de acesso às mercadorias européias da América do Sul.

Em 1861, foi criada em Corumbá uma mesa de renda e uma alfândega. Em 1862, o povoado foi elevado à categoria de vila, recebendo uma unidade do exército e os prédios públicos correspondentes.

A população que, em 1857, antes da abertura da navegação, era de cem pessoas, passou para 1.315, em 1861, dos quais 1.187 eram brasileiros, 29 italianos, 26 franceses, dois alemães, seis espanhóis, seis argentinos, seis orientais, três bolivianos, três americanos e 44 escravos (Porto Carrero apud Fonseca, 1986, v.1).

Estrangeiros vieram para Corumbá como mascates, já acostumados ao comércio fluvial na foz do Prata, nos rios Uruguai e Paraguai e entre Buenos Aires e Montevideú. Comerciam com as principais aglomerações do Prata e navegavam em pequenas embarcações nos rios da planície pantaneira, levando seus produtos aos fazendeiros, peões e nativos. Retornavam com as embarcações carregadas de couros bovinos e de animais silvestres, de carne seca e de outros produtos da região para serem vendidos no mercado platino.

O sul do antigo Mato Grosso conheceu com a abertura do Rio Paraguai, crescimento econômico e populacional. Depois de permanecer isolado por mais de 150 anos, foi favorecido pela dinâmica comercial regional. O Império esforçava-se para estabelecer canais sólidos de comunicações e negócios na parte meridional da província. No entanto, na sua maioria, os poucos comerciantes que estavam à frente de negócios promissores eram estrangeiros que nada tinham com a região a não ser o desejo de fazer fortuna.

## V. MATO GROSSO E A GUERRA DO PARAGUAI

Em fins de 1864, quando eclodiu a guerra do Império contra o Paraguai, forças comandadas pelo coronel Vicente Barrios, transportadas pelo rio, atracaram a pouca distância do Forte Coimbra. O comandante do Forte, o coronel Carlos Augusto de Oliveira, depois de resistir por uma noite aos ataques, abandonou a fortaleza e se refugiou em Corumbá, alegando não possuir munição em quantidade suficiente para resistir ao inimigo, porém, pesquisas recentes indicam que havia munição e armas suficientes para rechaçar o assalto.

Quando os soldados e oficiais de imperiais retirantes de Coimbra chegaram a Corumbá, encontraram a vila tomada por um incontido pânico, devido às notícias que davam conta que as forças paraguaias navegavam em direção ao seu município. Sabendo da invasão e da rendição da guarnição de Coimbra, caravanas de civis e militares reuniam-se na fazenda Piraputanga, de propriedade do Barão de Vila Maria, na estrada Albuquerque-Corumbá, de onde se deslocaram em pequenos grupos para Corumbá «[...] como um carreiro de formigas carregadeiras [...] até altas horas da noite, e, mesmo já de dia, chegava gente, principalmente mulheres e crianças estropiadas.» (Maia, 1964:140).

Como ocorrera em Coimbra, o coronel Carlos Augusto de Oliveira pronunciou-se pela evacuação da vila. Entretanto, em Corumbá não havia meios para retirar toda a população. As autoridades fugiram e entregaram os moradores à própria sorte. Os primeiros a se evadirem foram os militares que deveriam compor a retaguarda de retirada organizada. Em 3 de Janeiro de 1865, a Vila foi abandonada pelo Comandante de Armas, coronel Carlos Augusto de Oliveira e pelo tenente-coronel Carlos de Moraes Camisão, junto com o 2º Batalhão de Artilharia, do qual era comandante. (Corrêa, 1999: 146).

Tomada pelo pânico e pelo medo, o futuro Visconde de Taunay, que não presenciou os fatos, registrou situações inusitadas vividas por moradores de Corumbá: «[...] um individuo entre outros, que se apavorara demais, imaginou disfarçar-se em mulher e nesse intuito meteu-se em saias e corpete, ao passo que esplêndida e negrejante barba lhe caía sobre enormes seios feitos de embrulho. Outro agarrou nervosamente um grande ananás, andou com ele o dia inteiro sem saber o que levava e só à noite é que pode, com esforço – contava ele próprio – abrir os dedos convulsos e todos feridos.» ( Taunay, sd: 55-56).

Comandada pelo coronel Isidoro Resquim, a Divisão Norte, a segunda frente que invadiu Mato Grosso, atravessou o Rio Apa, em Bela Vista, atacando as colônias militares de Dourados, Miranda e Nioac, Vila de Miranda. Encontrou

apenas pequena resistência em Dourados, vencida facilmente. A população civil abandonou os povoados embrenhando-se no mato.

O sul do antigo Mato Grosso só foi libertado em setembro de 1868, quando Francisco Solano Lopez ordenou a evacuação dos efetivos militares estacionados em Mato Grosso, para reforçar os seus exércitos, naquele momento, empenhados na difícil defesa do solo pátrio invadido pelas tropas da Tríplice Aliança. A ordem pôs fim à guerra em solo da antiga província do Mato Grosso. No tocante a Mato Grosso, a invasão paraguaia foi um divisor de águas no processo de ocupação da fronteira oeste. Antes da guerra, a província tinha sobrevivido com dificuldades ao prolongamento das formas coloniais de exploração da região. A guerra imprimiu profundas marcas no desenvolvimento da província, com destaque para a ruptura do padrão anterior de ocupação e exploração iniciado no século anterior.

A despeito de Mato Grosso ter ocupado plano secundário no palco militar e econômico da guerra, as consequências acabaram por promover mudanças significativas em seu processo histórico, sobretudo no setor econômico, que passou a receber uma importante influência direta e decisiva da região do Prata (Corrêa, 1999: 31).

Em 1870, quando terminava a Guerra contra o Paraguai, no sul das Américas, terminava igualmente a Guerra Franco-Prussiana, na Europa, cuja grande novidade fora a utilização com extremo sucesso da rede ferroviária pelo exército de Bismarck. Ela permitira a mobilização, concentrando milhões de homens na fronteira com uma rapidez nunca antes vista.

Os acontecimentos europeus e a facilidade com que as tropas paraguaias entraram e permaneceram em Mato Grosso por três anos tiveram influência marcante na tomada de decisão de construção de ferrovia ligando o interior de São Paulo a Campo Grande. A ferrovia teria ramais chegando a Ponta Porã e a Corumbá, para guarnecerem as fronteiras com Paraguai e Bolívia, transportando militares em caso de nova invasão.

A ferrovia era igualmente importante alavanca para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso, aproximando-a das regiões economicamente mais desenvolvidas do país, permitindo que populações nacionais se deslocassem para essa nova frente de colonização. Ela possibilitou o povoamento e o aproveitamento econômico de áreas até então sem qualquer atividade econômica, transformando – as em produtoras de mercadorias. A ferrovia começou a ser construída em 1904 e terminou em 1914, mas desde 1870 discutia-se nos diversos círculos da sociedade brasileira o melhor trajeto; esses debates, muitas vezes infrutíferos, atrasaram em muitos anos o início das obras.

Após a guerra, as autoridades imperiais procederam à internacionalização das águas do Rio Paraguai até Corumbá, contraindo-se um empréstimo de 11.000,000 libras para modernização do porto daquela vila, que se transformou no mais importante entreposto comercial mato-grossense (Esselin, 2012: 285).

Foi realizada igualmente licitação para exploração de linha de navegação fluvial ligando Cáceres a Asunción, passando por Corumbá. Em 1884, o Loyde Brasileiro mantinha linhas regulares tanto de cargas e passageiros, ligando Corumbá aos portos de Asunción, Montevideú e Buenos Aires (Esselin, 2012: 282).

Medidas de apoio ao desenvolvimento comercial, como isenções de tributos às importações-exportações, abriram melhores perspectivas para o desenvolvimento local, possibilitando a entrada de capitais estrangeiros, Corumbá passou a ser cidade-empório constituída, sobretudo, por comerciantes de diversas nacionalidades. Era a porta de entrada de Mato Grosso (Rocha, 1977: 78). O gráfico abaixo indica o movimento de importação e exportação do porto de Corumbá, que reaberto em 1870 passou a ter um movimento significativo, sobretudo de importações, não havia muito que vender nesse começo, mas muito que comprar ferragens, gêneros de primeira necessidade, tecidos. O porto de Corumbá tornou-se o centro distribuidor da Província de Mato Grosso e de todas as cidades ribeirinhas; era ali que se processava o transbordo para as embarcações de menor calado, destinadas as outras cidades inclusive a capital Cuiabá (Souza, sd).

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>IMPORTAÇÃO</b>	<b>EXPORTAÇÃO</b>
1877-1878	107:252\$854	12:314\$900
1878-1879	223:638\$021	15:771\$266
1879-1880	176:427\$980	13:710\$017
1881-1882 (1º Semestre)	116:973\$238	10:901\$457

Fonte: Relatório com que o Exmo. Sr. Coronel Dr José Maria de Alencastro, Presidente da Província de Matto Grosso abriu a sessão da 24ª Legislatura, no dia 15 de junho de 1882, Cuyaba.

Como o governo imperial mandou construir «uma cinta de fortins com o propósito» de resguardar Corumbá de «possíveis ataques, um grande número de militares se estabeleceram na povoação, impulsionando igualmente seu desenvolvimento. (SOUZA, sd: 67). No ano de 1872 só do 2º batalhão de Artilharia a Pé, 605 homens passaram a residir em Corumbá. Antes disso em 1870, o comando do Exército em operação no Paraguai deslocou o 21º BC para Corumbá. Como de costume, um grupo de mercadores encarregados de fornecer suprimentos à tropa acompanharam – na e se estabeleceu na vila, contribuindo

para o incremento do comércio e, mais tarde, atraindo um maior número de comerciantes (Fonseca, 1986, v. 1).

Por fim, as autoridades construíram estaleiro da Marinha à beira do Rio Paraguai, oceano sul-mato-grossense que, cortando toda aquela região, norte a sul, desemboca no Rio Paraná e no Rio da Prata para encontrar-se com o Atlântico, ligando a economia mercantil do Mato Grosso do Sul ao mundo. Concluindo-se as tentativas iniciadas no século XVIII de transformar essa parte do território em «ante mural», o território do que é hoje Mato Grosso do Sul, foi incorporado ao Estado Nacional brasileiro, abrindo-se às diversas correntes migratórias oriundas, sobretudo, de São Paulo e Minas Gerais.

As ações imperiais faziam parte de uma estratégia de, efetivamente, incorporar o sul do antigo Mato Grosso ao Brasil. Até então esse território era inexplorado economicamente. No entanto, essa região representava importante área de produção, um potencial mercado fornecedor, para os comerciantes estrangeiros, de matérias primas a serem escoadas pelo Rio da Prata.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco (2002). Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. Cuiabá: IGHMT.
- BANDEIRA, Moniz (1998). O expansionismo brasileiro: da colonização à guerra da Tríplice Aliança. 3º Ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília.
- BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis (1972). A expansão territorial do Brasil Colônia. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras, e Ciências Humanas, USP, Departamento de História. (Tese de doutorado).
- CORRÊA FILHO, Virgílio (1969). História de Mato Grosso. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- CORRÊA, Valmir Batista (1958). Fronteira Oeste. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.
- CORTESÃO, Jaime (1958). Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.
- CORTESÃO, Jaime (2001). O Tratado de Madrid. Brasília: Senado Federal.
- ESSELIN, Paulo (2000). M. A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso. (1536 – 1778). Campo Grande: Editora da UFMS.

- ESSELIN, Paulo (2011). M. A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal de Mato Grosso do Sul (1830 – 1910). Dourados: Editora da UFGD.
- GADELHA, Regina Maria A. F. (1980). As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas socio – econômicas coloniais do Paraguai. (sec. XVI e XVII) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GANDIA, Enrique de (1933). La ciudad Encantada de los Cesares. Buenos Aires: Libreria de A. Garcia Santos.
- GARAY, Blas (1929). *Compendio elemental de historia del Paraguay*. 4 ed. Asunción: Imprensa de la Escuela Militar.
- GORENDER, Jacob (2011). *O escravismo colonial*. 5 ed. São Paulo: Perseu Abramo.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de (1945). *Monções*. Rio de Janeiro: Coleções Estudos brasileiros.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de (1986). *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense.
- KOK, Maria da Glória Porto (1998). O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo.
- MAESTRI, Mário (2013). *A guerra no papel*. Passo Fundo: PPGH/UPF.
- MAESTRI, Mário (2013). *Os senhores do litoral: Conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro*. Séc 16. 3 ed. Porto Alegre: EdiUFRGS.
- MELGAÇO, Barão de. (1881). «Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso». In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Vol. XXIX.
- MELLO, Gal. Raul Silveira de (1969). *História do Forte Coimbra*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, vols I e II.
- MONTEIRO, Jonh Manuel (1994). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, Companhia das Letras.
- PROVÍNCIA DE MATTO GROSSO (1882). «Relatório com que o Exmo. Sr. Coronel Dr José Maria de Alencastro, Presidente da Província de Matto Grosso abriu a 1º sessão da 24º Legislatura, no dia 15 de junho de 1882», Arquivo de Mato Grosso: Cuyaba.
- SÁVIO, Domingos (2009). *Os Belgas na fronteira Oeste do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

- SILVA NOVAIS, Sandra Nara da (2004). Ruínas de Xerez: marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso ( 1593 – 1632). UFMS, Dourados: 2004. Dissertação de Mestrado.
- SOUZA LOUREIRO, Maria Tereza Santos de (1965). A fronteira oeste de Mato Grosso e D. Antonio Rolim de Moura. Subsídios para o estudo da personalidade do primeiro governador de Mato Grosso. Coimbra: Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- TAUNAY, Visconde de (sd.). *A cidade do ouro e das ruínas*. São Paulo: Melhoramentos.
- TEIXEIRA, Fabiano Barcelos (2012). A primeira guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Asunción (1854-5). Passo Fundo: Méritos.
- TRÍAS, Vivian (1975). *El Paraguay de Francia el supremo a La Guerra de La Triple Alianza*. Buenos Aires: Ed. Crisis.
- WHITE, Richard Alan (1984). *La primeira revolucion Radical de America: La Política econômica de la independência Paraguay*. S/d: Asunción.